



FALTA DE DINHEIRO E PERSEGUIÇÃO POLÍTICA: AS FRACAS RAZÕES DO ATRASO DA MATEMÁTICA PORTUGUESA

Falta de dinheiro e perseguição política: duas razões habituais para justificar os fracassos da matemática portuguesa durante o século XX. O que diziam, contudo, os matemáticos portugueses durante a ditadura? E que influência tiveram as afiliações políticas na opinião dos mesmos? Como procurarei mostrar, não são apenas as externalidades como a falta de financiamento ou a PIDE que justificam a subalternidade científica portuguesa neste período, mas também a resistência à mudança por parte da própria corporação universitária.

Quando olhamos para o passado científico português, em particular para a matemática, à parte um ou outro nome sonante, deparamos com a inexistência de tradições de investigação científica duradouras. Há duas razões para normalmente justificar este facto.

A primeira é a falta de dinheiro. Os sucessivos governos portugueses não investiam na ciência, na indústria ou nos laboratórios universitários. O mecenato científico era praticamente inexistente. As instalações tornavam-se obsoletas e não se atualizavam. É verdade que a ciência no nosso país sofre de um subfinanciamento crónico, mas houve quem argumentasse que se podia fazer mais com o pouco que se tinha. Foquemo-nos no século xx, durante o período de ditadura. Em 1930, num artigo de jornal, o matemático e professor da Universidade de Coimbra José Vicente Gonçalves (1896-1985) escreveu:

Não faltam explicações para a insuficiência da nossa produção científica: condições económicas dos professores, pobreza dos laboratórios, má preparação dos alunos dos liceus, etc. Fracas razões. Que produziram os professores de ensino durante

o tempo em que se consideraram suficientemente remunerados? Quais foram, nesse período, os frutos da cultura universitária portuguesa no domínio das ciências puras ou aplicadas? E acaso não temos alguns liceus modelares, com admirável corpo docente?

[...] A grande massa é cética, não luta. Cumpre, cumpre burocraticamente, quando de desejar seria que servisse com dedicação. Um professor não deve ser julgado apenas pelo que deixa de fazer. Quando não dê aos seus alunos bons exemplos de civismo e de trabalho, e se limite, sem qualquer originalidade ou relevo intelectual, a ensinar as mesmas coisas durante 30 ou 40 anos – é um mau professor, é um péssimo educador. E, infelizmente, anda muito generalizada a ideia de que às universidades incumbe sobretudo a divulgação da ciência feita (lá fora, já se vê...).

*É preciso reformar esta mentalidade!*¹

¹José Vicente Gonçalves, "Males do Ensino Superior," *O Primeiro de Janeiro*, 16 de abril de 1930.

Vicente Gonçalves focava-se, assim, numa questão de mentalidade, referindo-se às restantes explicações como “fracas razões”. Um outro conhecido matemático concordaria com ele. Trata-se de Aureliano de Mira Fernandes (1884-1958), professor do Instituto Superior Técnico (IST) e do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF). Mira Fernandes correspondia com o matemático Tullio Levi-Civita (1873-1941) e à data já tinha publicações reconhecidas internacionalmente. Foi também figura tutelar de Ruy Luís Gomes (1905-1984), professor catedrático e matemático na Universidade do Porto e futuro diretor do centro de estudos de matemática anexo a essa universidade. Mira, em carta ao seu colega, mostrou-se agradado com a análise, referindo que “desculpas são de mau pagador” e acrescentando:

A crise é, sobretudo, de pessoal. Oh! Se é! Nisto concorda a nossa devoção, o nosso sacerdócio (e o nosso individualismo, bem entendido). Havia grande conveniência, para começar a reforma, em demitir todo o professorado, sem exceção nenhuma.²

Assim, matemáticos conceituados identificavam a mentalidade da própria corporação universitária como uma das causas da subalternidade científica do País. Relevante será dizer que ambos foram homens politicamente neutros, ao contrário de outros jovens investigadores envolvidos no Movimento Matemático, que estava para despontar.³ No entanto, a sua análise era muito semelhante à dos matemáticos com simpatias mais à esquerda, o que sugere que a crítica podia transcender os espectros políticos.

Vejamos, por exemplo, o que o jovem António Aniceto Monteiro (1907-1980), doutorado em Paris sob a orientação de Maurice Fréchet (1878-1973) e o grande impulsor do Movimento Matemático em Portugal, escreveu nesta mesma revista, em 1942:

[...] não devemos ter ilusões de espécie alguma sobre as dificuldades que nos esperam! Há que contar – isto é de todos os tempos! – com um recrudescimento da hostilidade, da ignorância e da má-fé; da hostilidade daqueles para quem a estagnação ou a decadência da nossa cultura matemática é a condição necessária para a realização de objetivos que nada têm que ver com as ciências matemáticas, daqueles que tremem perante a ideia da existência de uma juventude estudiosa consagrando inteiramente a sua vida e o seu entusiasmo a uma causa pela qual eles nunca lutaram [...]⁴

► Figura 1. Em 1942, o conceituado matemático francês Maurice Fréchet veio a Portugal realizar um conjunto de conferências na Faculdade de Ciências de Lisboa, a convite do seu discípulo António Monteiro. Segundo Monteiro, não “havia na assistência um único professor ou assistente de Matemática da Faculdade”. [1] Na foto, vários elementos do Movimento Matemático na Escola Politécnica, a maioria bolsiros da JEN (da esquerda para a direita): Hugo Ribeiro, Armando Gibert, António Aniceto Monteiro, Manuel Zaluar Nunes, Bento de Jesus Caraça, Maurice Fréchet, José Sebastião e Silva, Ruy Luís Gomes, José Ribeiro de Albuquerque, Augusto Sá da Costa. Janeiro ou fevereiro de 1942. Agradecimentos a Jorge Rezende pela disponibilização da fotografia.

[1]: Carta de António Monteiro a Abel Salazar, 1942, Espólio Abel Salazar, Casa-Museu Abel Salazar.

Monteiro, um homem de simpatias à esquerda, focava-se, também, numa questão de mentalidade. Importante será dizer que, a esta data, a investigação científica ganhava ímpeto nos recentemente fundados centros de estudo anexos às universidades, criados pela Junta de Educação Nacional (JEN). A fundação desta primeira instituição de política de ciência, em 1929, é um marco da maior importância na história da organização científica portuguesa; numa primeira aproximação, podemos considerá-la a instituição-mãe da atual Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Quase todos os jovens matemáticos envolvidos no Movimento Matemático foram bolsiros desta instituição. O aparecimento da JEN acabou por espoletar tensões entre a universidade enquanto espaço de reprodução de saberes e os centros enquanto espaços de criação de conhecimento⁵ – tensões que ainda hoje podemos, aliás, reconhecer nas unidades de investigação do País.

Note-se que Monteiro se referia a dificuldades “de todos os tempos”, isto é, à resistência à mudança intemporal que o conservadorismo de qualquer tipo impõe por necessidade. Por isso, a questão é mais complexa do que reduzir as suas palavras a uma crítica ao fascismo ou à ditadura, apesar de haver quem as interprete dessa maneira.⁶ Chegamos pois à segunda razão habitual para justificar os insucessos científicos do nosso país: a ditadura e a perseguição política.

Embora se reconheça que o ideal seja fazer ciência em tempos de liberdade democrática, a historiografia das ciências recente tem desmistificado a ideia de que as ditaduras fascistas ou comunistas eram necessariamente incompatíveis com a ciência.⁷ O fascismo espanhol, italiano ou



alemão não impediu o surgimento de cientistas e escolas de investigação importantes; a Rússia comunista gerou provavelmente a melhor escola de matemática do século XX. Mesmo em Portugal, foi já no período de ditadura, com António de Oliveira Salazar (1889-1970) na pasta das Finanças e Gustavo Cordeiro Ramos (1888-1974), germanófilo, na pasta da Educação, que foi criada a JEN, em 1929. Mais do que isso, tal como demonstrado pelo historiador das ciências Quintino Lopes, nos seus primeiros anos, a JEN teve em média uma percentagem da dotação orçamental ligeiramente superior à da sua congénere espanhola – a *Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas*. Como Lopes escreve, este facto “complexifica a realidade usualmente sugerida”.⁸

Quanto à repressão, há que relembrar, com efeito, que o Estado Novo levou a cabo várias purgas de professores que considerou elementos subversivos, em particular em 1935 e em 1947. Estes foram rudes golpes para os grupos de investigação científica em ambiente universitário, que se iam formando a essa data. No entanto, sabemos hoje que as universidades tiveram um papel ativo e não apenas passivo no espoletar destas demissões. Nos bas-

² Carta de Aureliano de Mira Fernandes a José Vicente Gonçalves, 31 de maio de 1930, em Cecília Costa, “Sobre a correspondência epistolar de A. Mira Fernandes a matemáticos portugueses”, *Boletim da Sociedade Portuguesa de Matemática*, n.o especial, *Actas do Colóquio do cinquentenário da morte de Aureliano de Mira Fernandes* (2008): 89-124.

³ Não cabendo neste pequeno artigo referir toda a literatura existente sobre o assunto, ver, por exemplo: Ilda Perez e J. M. Mascaranhas, eds., *Movimento Matemático, 1937-1947* (Lisboa: C.M.L.; Museu República e Resistência; SPM, 1997); Jorge Rezende, Luiz Monteiro e Elza Amaral, eds., *António Aniceto Monteiro: Uma Fotobiografia a Várias Vozes* (Lisboa: Sociedade Portuguesa de Matemática, 2007); Luís Saraiva, “A Década Prodígiosa da Matemática Portuguesa: Os Começos da Sociedade Portuguesa de Matemática (1936-1945)”, *Revista Brasileira de História da Matemática* 11, n.o 23 (2011): 73-98.

⁴ António Monteiro, “Movimento Matemático,” *Gazeta de Matemática*, n.o 10 (1942): 26.

⁵ Ver Ângela Salgueiro, *Ciência e Universidade na I República* (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2018), pt. II.

⁶ Por exemplo, Jorge Rezende, “Sobre as perseguições a cientistas durante o fascismo”, *Vértice*, II, n.o 166 (2013): 59-89.

⁷ Ver, por exemplo, o volume 3 do *Journal of History of Science and Technology* (HoST), dedicado às relações entre fascismo e ciência: HoST, *The Fascistization of Science*, 2009.

⁸ Quintino Lopes, “A Junta de Educação Nacional (1929/36): Traços de Europeização na Investigação Científica em Portugal” (Tese de doutoramento, Universidade de Évora, 2017), 42.

tidores, os académicos mais conservadores acusavam os professores-investigadores mais críticos e ativos de terem ideias subversivas, como forma de sabotarem os seus trabalhos. Entre o *status quo* abundavam professores de saberes enciclopédicos, de conhecimentos ultrapassados e que encaravam o doutorado não como um especialista mas como um superlicenciado.⁹

Quem sofreu particularmente com este ambiente de difamação e intriga, para o qual o Estado Novo naturalmente contribuiu, foi o movimento matemático português. Servindo esta interpretação histórica, está uma entrevista que o matemático Alfredo Pereira Gomes (1919-2006) deu depois do 25 de Abril. Pereira Gomes envolveu-se com o movimento matemático a partir do Porto, por intermédio de Luís Gomes e António Monteiro. Comentando o trabalho científico em equipa nos tempos do Estado Novo, disse:

“As dificuldades eram muitas, mas não era a PIDE. A PIDE era perigosa, mas era para certas coisas. [Pelo contrário], as dificuldades e as obstruções para uma atividade progressista neste sentido eram os oficiais do mesmo ofício. Uns por inveja, outros por inépcia [...] Havia por exemplo a dificuldade em encontrar uma sala na Faculdade de Ciências do Porto ou no Instituto Superior Técnico. Os mandões não davam sala para essa gente. É surpreendente, não é? Havia salas às moscas! Não davam para se fazerem seminários, para se fazerem reuniões. E foram esses mesmos que depois denunciaram as pessoas ativas como tendo ideias subversivas.”¹⁰

Estas palavras mais convincentes se tornam se lembrarmos que este matemático foi militante comunista, irmão de Soeiro Pereira Gomes (1909-1949), este último dirigente do Partido Comunista Português (PCP) durante os anos 40. Não tinha, portanto, qualquer afinidade pelo regime, pelo contrário. Os “oficiais do mesmo ofício” e os “mandões” a que Pereira Gomes se referia eram, pois, os professores mais conservadores. À cabeça, temos por exemplo Victor Hugo Duarte de Lemos (1894-1959), professor de Matemática e diretor da Faculdade de Ciências de Lisboa (FCUL) entre 1932 e 1944. Apesar de Lemos se envolver com o Movimento Matemático, chegando inclusive a ser vice-presidente da Sociedade Portuguesa de Matemática e assinando até um documento que defendia a reintegração de Monteiro quando lhe foi retirada a bolsa de que usufruía, a verdade é que tanto Lemos como a FCUL eram

considerados pelos jovens matemáticos – em particular Monteiro e o seu discípulo Hugo Baptista Ribeiro (1910-1988) – os “inimigos número 1” da investigação e da matemática.¹¹ O matemático José Sebastião e Silva (1914-1972), parte deste grupo de jovens matemáticos e outro discípulo de Monteiro, queixava-se, em particular, da “má vontade da mestrança.”¹² As aparências, pois, iludem.

Contribuindo ainda para complexificar as relações entre política e ciência neste período, há que dizer que o papel do PCP nem sempre foi alinhado com o progresso das ciências. Ressalve-se que a esquerda era, naturalmente, o símbolo da mudança e da renovação e que o PCP teve um papel importante inegável enquanto força agregadora entre estes jovens matemáticos. Relembre-se também que os elementos do Movimento Matemático se reuniam com Álvaro Cunhal (1913-2005) no jardim botânico da Escola Politécnica de Lisboa e participaram nos passeios no Tejo organizados por António Alves Redol (1911-1969), importantes para a reorganização do PCP na década de 40.¹³

Contudo, as forças oposicionistas tinham as suas agendas. Entre a luta surda, o ambiente tornava-se hostil ao trabalho continuado. Vejamos a entrevista que Maria do Pilar Ribeiro (1911-2011), professora de Matemática e esposa de Hugo Ribeiro, deu também depois do 25 de Abril. Sobre a perspetiva, durante a década de 40, de ser criado um instituto de matemática (que nunca chegou a existir), comentou:

“Não havia ambiente para trabalhar. O Instituto para a Alta Cultura [instituição sucessora da JEN] quis fazer um Instituto de Matemática. Depois, havia oposições. Não sei se do Salazar também. Mas havia gente nesse grupo que ia pertencer ao Instituto de Matemática, mais ligada à esquerda, que era contra o Salazar, gente ligada ao Partido Comunista, o Manuel Valadares e o José Morgado [...] Esses trouxeram a notícia de que o Partido Comunista se opunha [ao Instituto], porque achava que isso era dar glória ao Salazar. Portanto, não havia nada a fazer. De maneira que havia oposição de um lado e oposição do outro.”¹⁴

Neste contexto, merece, por exemplo, ser mais bem estudado o papel de Bento de Jesus Caraça (1901-1948), que fez parte do Movimento Matemático e cuja importância enquanto professor, divulgador e mentor é inegável. No entanto, não era um investigador, como os próprios Monteiro ou Ribeiro reconheciam, e o intensificar do seu envolvimento político, em particular com o PCP, acabou, na

opinião dos mesmos, por ter uma “influência perniciosa na juventude.”¹⁵ Relembremos que estas palavras eram escritas por dois jovens matemáticos que eram eles próprios parceiros de Caraça e que foram contra a ditadura. A História não se pode reduzir, pois, a análises a preto e branco.

Terá ficado claro que não devemos olhar apenas para externalidades como a falta de dinheiro ou a perseguição política para justificar alguns dos atrasos científicos portugueses. Mais do que isso, ao avaliar as relações entre política e ciência, não devemos cair na tentação de recorrer a dicotomias redutoras como “colaboracionistas *versus* antissituacionistas”. Os atores históricos, precisamente por serem humanos, são complexos e cheios de contradições. Por fim, conhecendo melhor a história da organização científica portuguesa, podemos aproveitar para nos questionarmos: de quantas “fracas razões” continuamos, ainda hoje, a valer nas universidades, para justificar algumas das nossas faltas de qualidade e produção científicas?

SOBRE O AUTOR

Manuel Xavier, formado originalmente em Física, é investigador e bolseiro de doutoramento em História das Ciências na Universidade de Lisboa e membro do Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia (CIUHCT). A sua investigação centra-se nas relações entre ciência, universidades e política, durante o período do Estado Novo.

⁹ Ver, por exemplo, Ana Simões, “O ano 1947 e o Laboratório de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa,” *Gazeta de Física* 34, n.º 2 (2011): 16-21

¹⁰ *Alfredo Pereira Gomes*, DVD, vol. 1, 5 vols., Memória da Matemática, 2009.

¹¹ Carta de Hugo Ribeiro a Armando Gibert, 8 de setembro de 1942, espólio de Armando Gibert, Arquivo dos Museus da Universidade de Lisboa (AHMUL); Hugo Ribeiro a José da Silva Paulo, 14 de maio de 1944, espólio de Hugo Ribeiro na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP).

¹² Carta de José Sebastião e Silva a Ruy Luís Gomes, 10 de agosto de 1942, espólio de Ruy Luís Gomes, Casa-Museu Abel Salazar.

¹³ Ver, por exemplo, Augusto Fitas, “Os futuros cientistas e o seu comprometimento cívico: alguns episódios ilustrativos da resistência ao Estado Novo”, em *Cultura Científica e Neo-realismo*, ed. Augusto Fitas (Lisboa: Edições Colibri, 2019), 227-52.

¹⁴ *Maria do Pilar Ribeiro*, DVD, vol. 4, 5 vols., Memória da Matemática, 2009. À imagem de Monteiro para a matemática, Manuel Valadares (1904-1982) foi o grande impulsionador do desenvolvimento na investigação em física, no Laboratório de Física da Universidade de Lisboa (LFUL). Foi militante do PCP. José Morgado (1921-2003) era matemático e militante do mesmo partido.

¹⁵ Carta de António Monteiro a Hugo Ribeiro, 29 de novembro de 1947, espólio de Hugo Ribeiro, BNP; carta de Hugo Ribeiro a Armando Gibert, 9 de julho de 1948, espólio de Armando Gibert, AHMUL.

Coordenação do espaço HISTÓRIAS DA MATEMÁTICA:
Pedro Freitas, Universidade de Lisboa, pjfreitas@fc.ul.pt



Exposições (ma)temáticas da SPM.

Disponíveis para exibição nas escolas, bibliotecas ou instituições similares*.

Mais Informações em www.spm.pt/exposicoes

*A requisição das exposições tem custos de manutenção.